

Ikeda confirma: Rendas altas serão mais tributadas

BRASÍLIA (O GLOBO) — As medidas que o Governo adotará na próxima semana terão o objetivo de reduzir o déficit público, alinhando cortes nos custeios e investimentos das empresas estatais e, na área fiscal, pretendem elevar o nível de arrecadação, pois é intenção do Governo tributar altas rendas. A informação foi dada ontem pelo assessor econômico do Ministério do Planejamento, Akihiro Ikeda.

Segundo ele, o Governo conta com pelo menos cinco alternativas para elevar a arrecadação. Não quis, porém, especificar o que será considerado como "alta renda" para efeito de tributação.

— O pequeno acionista não paga imposto. Mas um grande acionista, quem sabe? — comentou Akihiro Ikeda.

Explicou, ainda, que o Governo examina "novas fontes" que podem ser tributadas — como, por exemplo, os estudos de aplicação de uma alíquota de três por cento, a título de Imposto de Renda, nos ganhos noopen market. Mas reconhece que os estudos estão "um pouco vagas, porrué, atualmente, é difícil definir os ganhos de aplicação no open, sendo necessário, portanto, para a implantação da medida, a criação de mecanismos de controle nessas operações".

IMPOSTO CALAMIDADE

Com relação à proposta de se aplicar o Imposto Calamidade — como foi feito durante a gestão do ex-Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen — o assessor do Ministro Delfim Netto disse que esta alternativa esbarra no problema da anualidade do imposto. Isto é, nenhuma carga tributária pode ser elevada no mesmo exercício. No entanto, não descartou a possibilidade, ao argumentar que "está tendo seca no Nordeste e enchentes no Sul, e alguém tem que pagar os custos".

Ele confirmou também a realização de estudos para reduzir a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas linhas de crédito ao comércio e à indústria, como forma de contribuir para a queda dos juros internos.

O assessor econômico foi categórico ao afirmar que todos os gastos que se dirijam ao aumento do déficit público serão cortados. Só não serão relacionados os que dizem respeito ao nível de endividamento dos estados e municípios — que, nos cálculos do Fundo Monetário Internacional, são consideradas — porque "este é um problema dos estados e dos municípios".